



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 25/2024**

Plenário | 18.12.2024

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Instrumentos de Mobilidade	>> 3
Temas de ordem geral	>> 4
Matéria Disciplinar	>> 4
Inspeções	>> 4
Recursos Hierárquicos (artigo 106.º da LOSJ)	>> 4
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	>> 5
Gestão de quadros / Comissões de Serviço	>> 5
■ ORDEM DO DIA – 2.º ADITAMENTO	>> 5



Presenças

■ Presidente

Senhor Procurador-Geral da República, **Conselheiro Amadeu Francisco Ribeiro Guerra.**

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, **Drs. Helena de Jesus Fernandes Gonçalves, José Norberto Ferreira Martins, António Augusto Tolda Pinto e Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho;**

Procurador-Geral-Adjunto, **Dr. António Luís de Almeida Rainha Paes de Faria;**

Procuradores da República, **Dr.ªs Sónia Marina de Pinho Esteves Ferreira, Ana Paula Lopes Leite, Raquel Alexandra Alves da Encarnação, Maria Leonor Queiroz Pereira Gil Ribeiro Cardiga, Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota Carvas Rocha e Isabel Maria Rodrigues Cardoso;**

Membros eleitos pela Assembleia da República, **Drs. Sofia de Sequeira Galvão, Orlando Salvador da Silva Cardoso Massarico, Vânia Gonçalves Álvares, Paulo Rui da Costa Valério e José Carlos Lourinho Soares Machado.**

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: **Professora Doutora Susana Maria Aires de Sousa.**

■ Secretário

Secretariou a sessão a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, **Dr.ª Carla Alexandra Nunes Botelho Santos de Albuquerque Azevedo.**



Conselho Superior do Ministério Público

Participaram por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, as Dr.as Sónia Marina de Pinho Esteves Ferreira e Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota Carvas Rocha.

■ ORDEM DO DIA

Instrumentos de Mobilidade

1. O CSMP deliberou, por unanimidade, declarar a anulabilidade da deliberação da Secção Permanente que indeferiu o pedido de acumulação de funções efetuado por Procuradora da República, a que alude o art.º 79.º do EMP, por violação do dever de fundamentação, nos termos dos art.ºs 152.º, n.º 1, als. a) e c), 153.º, n.ºs 1 e 2, e 163.º todos do CPA e art.º 268.º, n.º 3, da CRP, e em devolver o processo àquela Secção, a fim de ser proferida nova decisão.

Relator: Dr. António Tolda Pinto

2. O CSMP deliberou, por maioria, declarar a anulabilidade da deliberação da Secção Permanente que fixou remuneração e emitiu parecer, a que alude o art.º 136.º, n.º 1, do EMP, pelo exercício de funções, em regime de acumulação, por parte de Procuradora da República, por violação do dever de fundamentação, nos termos dos art.ºs 152.º, n.º 1, als. a) e c), 153.º, n.ºs 1 e 2, e 163.º todos do CPA e art.º 268.º, n.º 3, da CRP, e em devolver o processo àquela Secção, a fim de ser proferida nova decisão.

Relator: Dr. Norberto Martins

Abstiveram-se as Sr.ªs Conselheiras Raquel Mota e Vânia Alvares.



Conselho Superior do Ministério Público

Temas de ordem geral

3. O CSMP deliberou, por unanimidade, face ao quadro deficitário de oficiais de justiça afectos às secretarias e secções do Ministério Público, recomendar ao Senhor Conselheiro Procurador-Geral da República que represente ao Ministério da Justiça, para além da necessidade premente de redefinição dos quadros que, para os serviços do Ministério Público, são previstos nas Portaria n.º 372/2019 e n.º 84/2018, a urgente necessidade de reforçar o quadro de oficiais de justiça afetos ao Ministério Público, de harmonia com as necessidades reais existentes e, ainda, a necessidade de criação de quadros de oficiais de justiça afetos ao Ministério Público nos departamentos especializados, à margem dos quadros fixados e existentes para as comarcas.

Relator: Dr. José Laia Franco

Matéria Disciplinar

4. O CSMP delibera, por unanimidade, no seguimento de recurso interposto por Procuradora da República da deliberação da Secção Disciplinar, de 20 de março de 2024, com fundamento no disposto nos artigos 6.º da Lei n.º 38-A/2023, de 2 de agosto e 208.º, alínea e), do EMP:
- a) declarar amnistiadas as infrações objeto do respetivo procedimento disciplinar;
 - b) declarar extinta, por amnistia, a responsabilidade disciplinar da Sr.ª Procuradora da República, ordenando o arquivamento do procedimento disciplinar instaurado.

Relatora: Dr.ª Helena Gonçalves

Inspeções

5. O CSMP deliberou, por maioria, em negar provimento ao recurso apresentado por Procuradora da República, da deliberação da Secção para apreciação do Mérito Profissional de 15 de maio de 2024, mantendo a classificação de “Bom com Distinção”.

Relator: Dr. Soares Machado

Abstiveram-se as Sras. Conselheiras Ana Paula Leite, Raquel Encarnação, Leonor Cardiga, Raquel Mota.

Recursos Hierárquicos (artigo 106.º da LOSJ)

6. O CSMP deliberou, por unanimidade, em julgar improcedente, o recurso hierárquico interposto por técnica de justiça auxiliar do despacho do Administrador Judiciário que procedeu à sua recolocação transitória, nos termos das disposições conjugadas dos art.ºs 106.º, n.º 1, al. c), e n.º 2 da LOSJ (Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto), 48.º da RLOSJ (D.L. n.º 49/2014, de 27/03) e critérios resultantes da Portaria n.º 164/2014, de 21 de agosto.

Relatora: Dr.ª Isabel Cardoso



Conselho Superior do Ministério Público

■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

Gestão de quadros / Comissões de Serviço

1. O CSMP deliberou, por maioria, em escrutínio secreto, autorizar a nomeação, em comissão de serviço, da Procuradora da República, Lic. **Patrícia Alexandra Ferreira Barão** para exercer funções como Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna (artigo 14.º, n.º 4, da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, e artigos 178.º e 179.º do EMP).

Votaram contra dois Srs. Conselheiros.

2. O CSMP deliberou, por maioria, em escrutínio secreto, não autorizar a nomeação, em comissão de serviço, como inspetora da Inspeção-Geral da Administração Interna, da Procuradora da República, Lic. **Sandra Inês Lourenço Henriques dos Santos**, ao abrigo do disposto nos artigos 95.º, 178.º e 179.º do EMP.

Relator: Dr. Paes de Faria

Votaram contra a referida nomeação, doze Srs. Conselheiros.

Votaram a favor da referida nomeação, quatro Srs. Conselheiros.

Abstiveram-se três Srs. Conselheiros.

■ ORDEM DO DIA – 2.º ADITAMENTO

Ponto Único

O CSMP deliberou, por maioria, aprovar a proposta do Sr. Procurador-Geral da República que define os critérios para a publicação do Boletim Informativo do CSMP, no Portal do MP e no SIMP, face à legislação relativa à proteção de dados pessoais.

Absteve-se a Sr.ª Conselheira Vânia Álvares.

A sessão teve início às 10h50, encerrando-se pelas 13h30.